

Associação Médicos Pela Escolha

Plano Geral de Actividades Orçamento 2008

Índice

1. Carta da Direcção

2. Directrizes Gerais

2.1. Objectivos

2.2. Actividades

3. Grupos de Trabalho

3.1. Educação Sexual e Planeamento Familiar

3.1.1. Objectivos

3.1.2. Actividades

3.2. Interrupção Voluntária da Gravidez (I.V.G.)

3.2.1. Objectivos

3.2.2. Actividades

3.3. Procriação Medicamente Assistida (P.M.A.)

3.3.1. Objectivos

3.3.2. Actividades

3.4. Sexualidades (Identidade de Género e Orientação Sexual)

3.4.1. Objectivos

3.4.2. Actividades

4. Orçamento

1. Carta da Direcção

A Associação Médicos Pela Escolha comemora um ano de existência. Um ano marcado pelo referendo à despenalização da I.V.G., que felizmente teve o desfecho pelo qual lutámos. Decidimos formar a MpE para defender os Direitos Sexuais e Reprodutivos em Portugal e, ao fazê-lo, abrimos uma caixa de Pandora que insistimos em não fechar.

Neste novo ano avizinham-se novos projectos, novos ideais, novas questões para quais procuramos respostas. Acima de tudo, queremos mudar o *status quo* - contribuir para uma mudança de mentalidades e de práticas de saúde em Portugal e assim construir um Sistema Nacional de Saúde mais justo e mais humano.

No último referendo estivemos como profissionais de saúde ao lado das mulheres, dos médicos e dos profissionais de saúde na luta por uma escolha responsável. Mostrámos credibilidade científica e defendemos sempre que o nosso objectivo principal era terminar com o aborto clandestino. Novos direitos implicam novas responsabilidades. Para profissionais de saúde e para os utentes. Por isso manteremos esta luta, por uma eficaz aplicação da nova lei da I.V.G. e por uma acessibilidade cada vez maior aos cuidados de saúde nesta área. Para os Médicos pela Escolha a I.V.G. é uma temática que apenas agora começou. Há muito trabalho a fazer.

Mas nunca falámos de I.V.G. sem salientar extrema importância do Planeamento Familiar e da Educação Sexual. Neste novo ano queremos desenvolver projectos nestas áreas, defendendo um acesso cada vez mais eficiente ao Planeamento Familiar e à formação cada vez mais diferenciada de profissionais de saúde. A Educação Sexual é a pedra basilar dos Direitos Sexuais e Reprodutivos e é com vergonha que nos apercebemos que até agora, tão pouco foi feito em Portugal nesta área. É urgente desenvolver acções concretas neste âmbito e pressionar a classe política a tomar medidas que efectivamente eduquem as crianças e os adolescentes em relação à sexualidade e que proporcione oportunidades de Educação Sexual para adultos. Não há tabus que se justifiquem quando falamos de saúde.

Por falar em tabus, todos sabemos que os homens e mulheres com orientações sexuais minoritárias continuam a sofrer discriminações no seu dia a dia. Acreditamos num Sistema Nacional de Saúde que integra todos os utentes, indo ao encontro das suas especificidades. O profissional de saúde deve tratar a sexualidade como parte imprescindível do bem-estar do indivíduo. A identidade de género é outro tema esquecido e vetado ao silêncio pela Saúde. Os transexuais e os transgenders continuam a ser sujeitos a um processo clínico moroso e desumano que urge repensar.

Não podemos ignorar também o direito de mulheres e de homens à maternidade e paternidade. A quantidade de homens e mulheres no nosso país que têm dificuldades em aceder a cuidados de saúde que lhes permitam realizar esse desejo permanece incontornável. Cabe-nos também a nós esta luta.

Queremos as sugestões, as ideias e o contributo de todos os sócios, para que a Associação Médicos Pela Escolha enriqueça cada vez mais. Sabemos que o trabalho do nosso primeiro ano só foi possível graças à generosidade de todos os que acreditaram nesta associação. Os projectos que queremos concretizar neste ano são ambiciosos - o Plano Geral de Actividades que aqui vos deixamos é um compromisso que queremos cumprir. Precisamos de toda a vossa ajuda. Continuaremos sempre a acreditar.

A Direcção da MpE

Cecília Costa
Mara Carvalho
Sara Ferreira
Vasco Freire

2 . Directrizes Gerais

2.1.Objectivos

- Divulgar o propósito da associação junto dos profissionais de saúde, das instituições de formação e do público em geral;
- Angariar novos sócios;
- Estabelecer núcleos/sedes regionais;
- Estabelecer parcerias: Associação para o Planeamento da Família (A.P.F.); Instituto Português da Juventude (I.P.J.); sindicatos; enfermeiros, médicos, outros profissionais de saúde e outras associações;
- Angariar fundos;
- Consolidar as equipas de trabalho;
- Desenvolver projectos de intervenção em Saúde Sexual e Reprodutiva.

2.1.Actividades

- Encontro Nacional;
- Acções de divulgação em espaços e instituições de alguma forma ligados à saúde;
- Acções de sensibilização para associações de utentes e imprensa;
- Newsletter trimestral para sócios e com divulgação online;
- Panfleto geral de divulgação da MpE;
- Actualização e dinamização do site;
- Constituição de seis núcleos autónomos (Lisboa, Porto, Coimbra, Norte, Sul e Ilhas) com reuniões mensais;
- Angariação de fundos:
 - concerto
 - noite de poesia
 - merchandising
 - outros;
- Team bulding;
- Candidaturas a projectos ligados à Saúde Sexual e Reprodutiva;
- Formação interna.

3 . Grupos de Trabalho

3.1.Educação Sexual e Planeamento Familiar

3.1.1.Objectivos

Objectivos Gerais:

- Estimular a intervenção em Educação Sexual ao longo da vida;
- Promover a escolha informada na vivência da sexualidade, nomeadamente no que diz respeito os diferentes métodos contraceptivos, autodeterminação sexual e Interrupção Voluntária da Gravidez;
- Promover a Igualdade de Género;
- Incentivar políticas que promovam a Educação Sexual integrada;
- Fomentar o respeito pela autodeterminação sexual das crianças através da Educação Sexual;
- Contribuir para o repúdio e reprobção universal de todas as situações de abuso sexual.

Objectivos Específicos:

- Divulgar as consultas de planeamento familiar dos Centros de Atendimento a Jovens (C.A.J.) e dos Centros de Saúde e Hospitais;
- Promover a formação de profissionais de saúde e de pessoal docente e não docente das escolas, na área da educação sexual;
- Promover a actualização de conhecimentos científicos e competências técnicas dos profissionais de saúde responsáveis pelas consultas de planeamento familiar;
- Influenciar as entidades competentes para a actualização dos currículos universitários de forma a alargar e actualizar os conteúdos respeitantes à investigação, intervenção e boas práticas em Educação Sexual, Planeamento Familiar e Interrupção Voluntária da Gravidez;
- Elaboração de um relatório referente à implementação da Educação Sexual em Portugal.

3.1.2.Actividades

Grupos de trabalho:

- Formação Interna;
- Participação na Feira da Saúde;
- Observatório da Educação Sexual;
- Parcerias com escolas, associações da sociedade civil, autarquias e outros;

Profissionais de Saúde e Estudantes das áreas da saúde:

- Formação dos médicos de Medicina Geral e Familiar; enfermeiros, psicólogos e técnicos do serviço social;
- Elaboração de material informativo digital;
- Execução e divulgação de actividades de Educação Sexual.

Público em geral:

- Elaboração e divulgação de material informativo digital;
- Realização de acções formativas de sensibilização junto da comunidade no âmbito da educação sexual e planeamento familiar.

3.2. Interrupção Voluntária da Gravidez (I.V.G.)

3.2.1. Objectivos

Objectivos Gerais:

- Fomentar o acesso universal a cuidados de I.V.G. de elevada qualidade;
- Promover o direito à escolha de todas as mulheres que estejam grávidas e não o desejem.

Objectivos Específicos:

- Proporcionar aos profissionais de saúde oportunidades de formação sobre questões técnicas no que diz respeito à I.V.G.;
- Divulgar informações científicas e práticas no que diz respeito à I.V.G. para profissionais de saúde;
- Divulgar informações científicas e práticas no que diz respeito à I.V.G. para mulheres e público em geral;
- Monitorizar a implementação da lei da I.V.G. em Portugal.

3.2.2. Actividades

- Oferta de oportunidade de formação sobre I.V.G. aos profissionais de saúde, nomeadamente aborto médico, aborto cirúrgico, aconselhamento pré e pós-aborto;
- Elaboração e divulgação de dois panfletos sobre I.V.G. - um dirigido a mulheres, outro dirigido a profissionais de saúde;
- Divulgação, com regularidade, de informação científica e de boas práticas em I.V.G. actualizada;
- Criação de um Observatório do Aborto em Portugal através de um email onde as utentes possam escrever sobre atendimento que tiveram nas consultas de I.V.G.;
- Formação de uma bolsa de médicos ginecologistas e médicos de Medicina Geral e Familiar pela escolha;
- Estabelecimento de parcerias com organizações médicas internacionais de forma a contribuir para as boas práticas em I.V.G., assim como a alteração de legislações restritivas;
- Disponibilização de informação e contactos dos hospitais, centros de saúde e outros estabelecimentos de saúde legalmente autorizados para realizar I.V.G.'s no site;
- Organização de um Seminário sobre I.V.G. - *“Um ano depois da lei”*;
- Divulgação dos Códigos Deontológicos de outros países.

3.3.Procriação Medicamente Assistida (P.M.A.)

3.3.1.Objectivos

- Promover a visibilidade e o reconhecimento da infertilidade como uma doença que afecta 15 a 20 por cento da população em idade fértil e implica grave sofrimento biopsicosocial;
- Promover a prevenção da infertilidade;
- Defender maior acessibilidade técnica, temporal e económica aos tratamentos de P.M.A.;
- Defender o direito a um acompanhamento multidisciplinar participado dos casais inférteis, nomeadamente o direito a apoio psicológico antes durante e depois dos tratamentos de fertilidade;
- Promover a divulgação na comunidade médica do estado-da-arte na literatura científica respeitante à infertilidade e à procriação medicamente assistida;
- Promover o acesso à informação sobre infertilidade e P.M.A. ao público em geral;
- Promover o direito à escolha informada dos indivíduos quanto às opções reprodutivas disponíveis;
- Contribuir para o debate das questões bioéticas na infertilidade e na P.M.A.;
- Defender a mudança legislativa no sentido da não discriminação no acesso à P.M.A. com base na orientação sexual e estado civil/relacional;
- Estabelecer parcerias com instituições ou associações que contribuam para o cumprimento dos objectivos supra descritos.

3.3.2.Actividades

Internas

- Formação do grupo de trabalho:
 - Infertilidade
 - P.M.A.
 - Bioética e reprodução

Externas

- Publicação de artigos de opinião de especialistas de reprodução e bioética na imprensa escrita nacional;
- Construção de panfleto/brochura a disponibilizar nos centros de saúde;
- Realização de workshops para aumentar os conhecimentos de estudantes/profissionais de saúde na área da P.M.A.;

- Promoção/Realização de um seminário sobre bioética e reprodução;
- Compilação e disponibilização on-line da literatura científica recente sobre infertilidade e P.M.A.;
- Contacto e proposta de parceria com a Associação de Pessoas Inférteis (A..P.I.).
- Realização de um inquérito às companhias de seguros para se conhecer as condições de cobertura de tratamentos de infertilidade

3.4.Sexualidades (Identidade de Género e Orientação Sexual)

3.4.1.Objectivos

- Ampliar os conhecimentos dos técnicos de saúde e da população em geral sobre a Identidade de Género, a Orientação Sexual e a discriminação e estigmatização sociais associadas a estas questões;
- Contribuir para a discussão pública sobre o diagnóstico de Perturbação da Identidade de Género, sobre o processo clínico e legal de mudança de sexo em Portugal, assim como sobre direitos sexuais e civis das pessoas transexuais e transgéneros;
- Melhorar o acesso a serviços de saúde de qualidade para as populações LGBTQ;
- Enquadrar a luta contra a discriminação baseada na orientação sexual ou na identidade de género no âmbito da Saúde Pública;
- Sensibilizar os técnicos de saúde para a especificidade das questões de saúde relacionadas com as pessoas LGBTQ.

3.4.2.Actividades

- Actualização e desenvolvimento do site na área da sexualidade, para o público em geral e profissionais de saúde;
- Dinamização de seminários/ tertúlias sobre Identidade de Género e Orientação Sexual, de comunicação entre técnicos de saúde e comunidades LGBTQ;
- Desenvolvimento de acções de formação/sensibilização para estudantes e/ou profissionais na área da saúde;
- Desenvolvimento e proposta de metodologias e estratégias de promoção de saúde para formação e divulgação, que dêem visibilidade às diferentes sexualidades;

- Identificação, monitorização e difusão do acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva de qualidade através de relatos de email, carta, contactos directos, relatos de associações parceiras, levantamento de necessidades telefónico;
- Informação com respostas pró-escolha rigorosas e adequadas a pedidos externos da comunicação social, associações, indivíduos;
- Realização de relatórios para apresentar à Assembleia da República, Ministérios, ONGs e comunicação social sobre questões de saúde das populações LGBTQ e dos técnicos que as atendem: estudos científicos de comportamentos, atitudes, valores, conhecimentos sobre temáticas de transgênderismo e homossexualidade; sugestões de boas práticas de serviços de saúde;
- Alerta às pessoas LGBTQ e a população em geral para os perigos dos cuidados de saúde clandestinos e para a necessidade de promover um acompanhamento médico de qualidade.

4.Orçamento

RECEITAS	VALOR
Donativos	1.000,00 euros
Angariação de Fundos	1.000,00 euros
Quotas	5.000,00 euros
Total das receitas	11.000,00

DESPESAS	VALOR
Despesas Correntes	1.000,00
Rendas e Alugueres	1.500,00
Recursos Humanos	5.000,00
Comunicação e Marketing	1.100,00
Formação	900,00
Actividades	1.500,00
Total das despesas	11.000,00